



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AO SENHOR EDWARD JOHN STEVENS
NOVO EMBAIXADOR DA AUSTRÁLIA JUNTO
DA SANTA SÉ POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO
DAS CARTAS CREDENCIAIS**

11 de Janeiro de 1997

Senhor Embaixador

É com grande prazer que o acolho no Vaticano e recebo as Cartas Credenciais, mediante as quais Vossa Excelência é nomeado Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Austrália junto da Santa Sé. Estou-lhe grato pelos bons votos que me transmitiu da parte do Governo e do Povo australianos. Estas saudações cordiais fazem-me recordar o caloroso acolhimento que me foi reservado, por ocasião da minha segunda Visita ao seu País, no início de 1995, quando tive a felicidade de beatificar aquela distinta mulher australiana, Madre Maria MacKillop. Naquela ocasião pude sentir de novo a abertura e a hospitalidade aos estrangeiros, pelas quais os seus compatriotas são justamente estimados.

A sua presença aqui oferece-me a oportunidade de reconhecer o papel activo que a Austrália desempenha na oferta de auxílio às nações em vias de desenvolvimento e de assistência às pessoas que sofrem devido aos efeitos da guerra e das agitações políticas. Nos últimos anos deste século, situações calamitosas, em particular a ingente tragédia que se está a verificar na região africana dos Grandes Lagos, desafiam todas as pessoas, empenhadas na justiça e na paz, a multiplicarem os próprios esforços no sentido de aliviar tanta dor e sofrimento. A destituição de inúmeros milhões de pessoas constitui uma ofensa para a dignidade humana e uma ameaça contínua à paz mundial.

Vossa Excelência observou que entre os problemas urgentes que se apresentam à Comunidade internacional está a tragédia constante da fome e da subnutrição. O recente Encontro Mundial sobre a Alimentação, realizado em Roma, chamou a atenção para a grave situação dos mais de oitocentos milhões de pessoas que, nos países em vias de desenvolvimento, são atingidas pela subalimentação ou pelas consequências da insegurança alimentar. Infelizmente, o espectro da fome persiste, apesar dos progressos científicos e tecnológicos capazes de aumentar a produção agrícola e de oferecer alimentos suficientes a todos. Dado que os motivos desta situação são demasiados e complexos, não

podemos ignorar o facto de que qualquer resposta efectiva deve estar vinculada às problemáticas mais vastas do desenvolvimento, inclusive à necessidade de assegurar que os países em vias de desenvolvimento tenham o acesso justo aos recursos, à tecnologia e à educação que podem tornar possível o progresso. O desenvolvimento autêntico requer não só medidas económicas prudentes, mas também um empenhamento na solidariedade, para a promoção do bem integral dos indivíduos e dos povos, com o devido respeito pelos imperativos éticos, que são os únicos a garantir relacionamentos recíprocos justos e equitativos. A este propósito, as nações desenvolvidas devem examinar seriamente a sua gestão dos recursos mundiais e fazer cada vez mais esforços para tutelar o direito universal à nutrição.

Sem dúvida, um dos sinais mais prometedores dos nossos tempos tem sido o desejo crescente da Comunidade internacional de cooperar para encontrar modos de erradicar a pobreza da família humana. Contudo, soluções para este problema não poderão ser encontradas em políticas e programas que, promovendo e até mesmo impondo um modelo de vida que não está em harmonia com a cultura e as tradições das pessoas, debilitam os direitos humanos fundamentais (cf. *Sollicitudo rei socialis*, 25). O facto de a terra ser uma casa para todos exige um espírito de colaboração e partilha, que respeite as diferenças legítimas dos indivíduos e dos povos. O progresso da dignidade humana requer também um claro sentido das verdades morais transcendentais, que oriente as opções políticas e integre os interesses particulares no contexto de uma visão coerente do bem comum (cf. *Centesimus annus*, 47).

No cumprimento da sua missão, a Igreja esforça-se por elevar a consciência da dignidade inalienável e da inviolabilidade de cada ser humano, inclusive dos nascituros, dos portadores de deficiências, dos idosos e dos doentes terminais. Absolutamente essencial para qualquer sistema digno do homem é o direito fundamental à própria vida. Qualquer acção ou omissão, que causa directa e deliberadamente a morte de uma pessoa inocente, constitui uma grave violação da lei inscrita no coração humano. A Igreja católica na Austrália procura defender esta verdade fundamental, quando fala de maneira directa contra as tentativas de tornar legítimos os pedidos de eutanásia ou de os autorizar (cf. *Evangelium vitae*, 72). Rezo para que, na proximidade do ano 2000, a Austrália fortaleça cada vez mais a sua herança cristã, defendendo a vida humana e agindo generosa e corajosamente ao serviço dos pobres, dos estrangeiros e dos indefesos.

Ao apresentar-lhe os meus melhores votos, aproveito a oportunidade para assegurar que os vários departamentos da Cúria Romana estarão sempre prontos a oferecer-lhe a própria assistência no cumprimento da sua missão. Sobre Vossa Excelência e sobre todos os australianos, invoco do íntimo do coração as abundantes bênçãos divinas.